

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

**AgInt no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1060891 - MG  
(2017/0040452-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : GECILDA PIRES GUERRA RAMOS  
**AGRAVANTE** : CILENE MARIA DIAS DOS SANTOS NUNES  
**AGRAVANTE** : JOEL LAZARO GARCIA  
**AGRAVANTE** : VALDETE RODRIGUES DE LIMA FIDELIX  
**AGRAVANTE** : VERONICE PIRES RAMOS FERREIRA  
**AGRAVANTE** : CARLA SIMONE CANTUARIA MENDES  
**AGRAVANTE** : VANDRO LUIZ DA SILVA  
**AGRAVANTE** : LUCIVAN ALVES DE MIRANDA RODRIGUES  
**AGRAVANTE** : REGINALDO DE FREITAS NABONO  
**AGRAVANTE** : ARMANDO MODESTO DA COSTA  
**ADVOGADOS** : JULIO CEZAR SAMPAIO TEIXEIRA - SC002484  
CAMILA ANDRADE LIMA - MG118231  
SERGIO AUGUSTO URBANO FELIPE HEIL -  
MG128436  
FERNANDA DE SOUZA CARDOSO E OUTRO(S) -  
MG158416  
**AGRAVADO** : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE  
SEGUROS  
**ADVOGADOS** : ANDRÉ MYSSIOR - MG091357  
LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - MG111202  
LUIZ HENRIQUE GOMES FREIRE AMARANTE  
FILHO - MG143084  
LEANDRO ANTONIO DE LIMA E SOUSA -  
MG067372  
**INTERES.** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADO** : SERGIO LUIZ GUIMARÃES FARIAS - DF008540

### **EMENTA**

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA AFETADA À SISTEMÁTICA DO ART. 543-B DO CPC/73. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL A *QUO* PARA FINS DE JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. ATO DE SOBRESTAMENTO DESTITUÍDO DE CARÁTER DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. O ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que lá seja exercido o competente juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015), não possui carga decisória e não acarreta prejuízo às partes, por isso, se trata de provimento irrecurável. Precedentes.

2. Agravo interno não conhecido.

**ACORDAO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina  
Relator

